

REVISTA DE
HISTÓRIA
DAS IDEIAS



PORTUGAL

VOLUME 28, 2007

INSTITUTO DE HISTÓRIA E TEORIA DAS IDEIAS
FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

PORTUGAL, NO SEU DEALBAR HISTÓRICO,
FACE À UNIDADE HISPÂNICA* (1) 2

A "Espanha como unidade histórica" é o título geral de um dos temas predilectos que o grande historiador Cláudio Sanchez-Albornoz desenvolve, com enlevo e mestria, na sua obra *España - Un Enigma Histórico*(2).

No decurso da sua impressionante exposição, aborda e analisa, para além de outras, as seguintes questões: "formação histórica de Espanha", "crise da unidade hispânica", "nascimento e ascensão de Castela" e a "formação de Portugal". Mas entre todas, a mais sugestiva, é, sem dúvida, a da fundação do Reino português, cuja teoria encima, com o seguinte e bem conhecido subtítulo: "*Portugal: un azar histórico*"* 1 2 (3).

* Professor Jubilado da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

(1) Quando já tínhamos iniciado o presente trabalho, apareceu a publicação do livro de José Mattoso, *D. Afonso Henriques*, Círculo de Leitores e Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa. Temas e Debates, 2007. Trata-se de uma obra muito completa, e, sem dúvida, uma das melhores que se têm publicado sobre o nosso primeiro rei. Talvez, por isso, pareça uma veleidade, para não dizer temeridade, voltar a abordar temas que já foram tratados, por tão bons historiadores e recentemente desenvolvidos, de novo, com não menos rigor e saber. Perante os nossos compromissos para com a *RHI*, elaborámos o presente trabalho, como uma oportunidade para salientarmos alguns pontos fundamentais. Não tanto como um novo contributo, mas em atitude de simples homenagem, de um discípulo, a tão insignes Mestres.

(2) Claudio Sanchez-Albornoz, *España-Un Enigma Histórico*, tomo II, Barcelona, Edhasa, 1977, p. 349.

(3) *Ibidem*, p. 418.

Na demonstração deste azar (no sentido, certamente, de anomalia, casualidade, acaso, desgraça imprevista ou até fruto do mito), invoca a autoridade de alguns dos melhores historiadores e estudiosos portugueses, como Alexandre Herculano, Oliveira Martins, Teófilo Braga, Carolina Michàelis de Vasconcelos... que, em sua opinião, reconheceram, igualmente, "o nascimento fortuito e casual da pátria, porque foram anteriores à eruptiva eclosão do nacionalismo dos nossos dias que tanto perturbou e turvou a história primitiva de Portuga 1". Acrescenta ainda, que não é necessário, para afirmar a autonomia política de uma comunidade humana, possuir no passado, uma "larga e remota estirpe racial e cultural ou cimentar em longínquas e brumosas singularidades históricas as origens das nações". Basta, para dar vida a uma grande nação, "um conjunto de vontades e a Providência e o azar favorecerem a sua fundação"⁽⁴⁾.

Por outro lado, lembra ainda, que há que reconhecer a realidade da comunidade de história e do futuro dos povos de Espanha. Porque, verdadeiramente, "não há diferenças psíquicas e temperamentais, que separem portugueses e castelhanos", nem maiores nem menores do que aquelas que existem entre aragoneses e andaluzes. É uma separação que um dia, será superada, ainda que hoje pareça impossível. E sê-lo-á amistosa e fraternalmente, por mútua convicção e interesse recíprocos, já que há "muitas fórmulas políticas para alcançar o entendimento futuro dos povos hispânicos"⁽⁵⁾.

O que acabámos de sintetizar foi escrito há mais de trinta anos, mas não há dúvida que existe algo de verdade e alguma actualidade em todo o pensamento do grande historiador, que ao reflectir sobre a génese da nação portuguesa, e como amante que era da unidade hispânica, parece ter olhado, com pena, para o nosso país, por não fazer parte da grande Espanha, una e indivisível.

Portugal pode ter sido, para a unidade hispânica, ou para o ilustre historiador, uma anomalia, um azar, ou algo de fortuito. Mas tendo presente os factos que deram origem ao reino português, então, faltou-lhe acrescentar (e afirmamo-lo sem qualquer sentimento de nacionalismo),

⁽⁴⁾*Idem*, p. 418.

⁽⁵⁾*Idem*, p. 429.

que foi um azar histórico conscientemente provocado ou forçado, para não dizer desejado, premeditado ou planeado, como vamos procurar recordar.

De facto, não existem anomalias ou casualidades que não sejam, de algum modo, provocadas. E é aqui que reside o mérito ou demérito dos seus protagonistas. Porque a sorte, o imprevisito ou o azar, têm sempre uma causa. Aliás, o próprio autor acaba por opinar, que para "afirmar a autonomia política de uma comunidade humana (no sentido certamente de Estado), ou para dar vida a uma nação, basta um conjunto de vontades, desde que a Providência e o azar se não oponham ao seu aparecimento"⁽⁶⁾.

A este propósito, isto é, da fundação de um Estado ou Reino (no sentido de organismo político independente) e da formação duma nação, vale a pena recordar o que, igualmente, observou José Mattoso: "Um estado funda-se, pode começar a existir de um momento para o outro". Mas "uma nação brota lentamente, reúne aos poucos os seus elementos constituintes, passa por fases mais ou menos claras, pode até sofrer avanços e retrocessos". Portanto, "não se funda, vai-se formando". Porque, enquanto que para a fundação de um estado há causas imediatas determinantes, motivos claros e que podem ser individuais e voluntários, para a formação da nação concorrem factores e causas muito diversas, requerem-se condições de vária ordem e tudo interfere num sistema complexo. É que, "para se criar um estado, pode bastar uma conjuntura favorável". É "um facto que se situa nos ritmos rápidos do tempo curto". Mas para "formar uma nação, requerem-se factores estruturais, que asseguram a sua permanência através dos movimentos largos do tempo longo"⁽⁷⁾.

Estas observações e conceitos, que nos parecem pertinentes, trazem-nos à memória e ajudam-nos a compreender a complexa e importante história, tanto da criação, fundação ou formação (incluindo Portugal), como do desaparecimento ou integração dos Reinos, na Península Ibérica, todos dignos de menção, como a Galiza, Leão, Castela, Navarra e Aragão.

É neste contexto, aliás, que Sanchez-Albornoz fala, com propriedade, mas também com certa emoção, do nascimento de Castela, ou seja, como passou de condado a reino e ainda da sua ascensão e hegemonia

©*Idem*, p. 418.

⁽⁷⁾José Mattoso, *Portugal Medieval-Novas interpretações*, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1985, p. 102.

sobre os outros reinos, que acabou por absorver, construindo, assim, a unidade hispânica. Graças, sem dúvida, às mais variadas vicissitudes e circunstâncias, surgidas no decorrer dos tempos, como contratos matrimoniais, sucessões hereditárias e, por vezes, até, anexações⁽⁸⁾. Mas devido, também, ao próprio valor guerreiro das suas gentes, como regista, ao recordar, com enlevo, o canto do poeta: "*pueblo fiero, pueblo fuerte que no teme las copas de la muerte*". Ou ainda os célebres versos latinos: *Castellae vires per saecula fuere rebelles* (um povo que foi sempre rebelde durante séculos)⁽⁹⁾ ¹⁰.

Por isso, Ortega y Gasset, ao reflectir sobre este predomínio, face aos outros reinos ibéricos, e sobre a própria integração de alguns no reino de Castela (da qual resultou a Espanha, como unidade histórica), proferiu e nos legou a tão conhecida e notável sentença: "*Castela fez a Espanha e a desfez*". O que, mais tarde, levou Sanchez-Albornoz a responder e a completar ainda melhor o pensamento deste notável autor, com outra frase, não menos célebre: se Castela fez a Espanha, "*A Espanha desfez Castela*". Isto é, dada a união dos cinco reinos num todo, surgiu a Espanha e apenas permaneceu independente, quase inexplicavelmente, Portugal. Daí, entender-se, perfeitamente, o seu já mencionado e sugestivo subtítulo, escrito, sem dúvida, com algum humor: "*Portugal: um azar histórico*"⁽¹⁰⁾.

A fundação de Portugal, à semelhança de alguns dos citados reinos hispânicos, pode, portanto, ter uma data, mas a formação da nacionalidade portuguesa não tem data, submerge-se no tempo. Surge de certo modo "investida de um valor eterno, sagrado". O que significa que também não fazemos coincidir a fundação de Portugal com a formação da nacionalidade⁽¹¹⁾.

Tem, por isso, razão, José Mattoso, quando numa conferência, realizada em Guimarães, em 1978, por ocasião da celebração dos 850 anos da batalha de S. Mamede, e numa imagem muito feliz, inspirada no painel do artista Acácio Lino, exposto na Assembleia da República, intitulou,

⁽⁸⁾ Sanchez-Albornoz, *ob. cit.*, p. 404. Ver também o importante artigo de José Maria Lacarra, "El lento predomínio de Castilla", *Revista Portuguesa de História*, vol. XVI, 1976, pp. 63-81.

⁽⁹⁾ Cf. Sanchez-Albornoz, *ob. cit.*, p. 413.

⁽¹⁰⁾ Cf. Sanchez-Albornoz, *ob. cit.*, p. 417.

⁽¹¹⁾ Cf. José Mattoso, *ob. cit.*, p. 102.

do mesmo modo, a vitória de D. Afonso Henriques, sobre a mãe, como *A primeira tarde Portuguesa*⁽¹²⁾.

Que foi o primeiro e um dos mais notáveis acontecimentos históricos de afirmação de um vigoroso querer autónomo, julgo que todos os historiadores estão de acordo. S. Mamede surge, portanto, como o resultado duma acção colectiva, abrangendo um grupo humano considerável, constituído por aqueles que tinham abandonado a corte de D. Teresa em 1122 e em 1125. Os seus principais agentes englobavam, como está comprovado, a maioria ou a totalidade da camada dirigente radicada em zonas geograficamente bem caracterizadas, entre Douro e o Minho. Trata-se de um importante grupo social, possuidor de meios e de homens, constituído pelas mais importantes famílias nobres, já bem identificadas, como as dos Sosas, Barbosas, Silvas, Ramirões, Guedões, de Lanhoso, Palmeiras, Azevedos, da Maia, de Riba Douro, de Baião e talvez Velhos⁽¹³⁾.

Não importa que este movimento, de rebelião colectiva, da nobreza nortenha, que acompanhou Afonso Henriques, e teve como desfecho feliz, a vitoriosa batalha de S. Mamede, se denomine "revolução", como o classificou Alexandre Herculano. Ou como "um acto legítimo de D. Afonso, em defesa própria", como escreveu Luís Gonzaga de Azevedo⁽¹⁴⁾.

O que a documentação assegura é que foi uma acção directamente provocada ou dirigida, não tanto com a finalidade primária de substituir os detentores do poder, mas com um objectivo bem definido: *apropriar-se do poder para o entregar ao chefe por eles escolhido; rejeitar a política de vinculação com a Galiza, que correspondia aos planos da rainha D. Teresa e da família dos condes de Trava e expulsar o conde Fernão Peres de Trava, considerado como indesejável no governo do Condado*⁽¹⁵⁾.

Para tanto, foi necessário enfrentar a maior força política da Galiza, representada pela poderosa família do conde Pedro Froilaz de Trava, Aio de Afonso VII, cujos filhos Fernão Peres de Trava, conjugue de D. Teresa, e Bermudo Peres de Trava, com quem a rainha também

⁽¹²⁾ *Idem, ob. cit.*, p. 11.

⁽¹³⁾ *Idem, ob. cit.*, pp. 17-19.

⁽¹⁴⁾ Cf. Alexandre Herculano, *História de Portugal*, I, Lisboa, 1980, p. 384 e Luís Gonzaga de Azevedo, *História de Portugal*, III, 1940, pp. 231-133. Cf. José Mattoso, *ob. cit.*, p. 17.

⁽¹⁵⁾ Cf. José Mattoso, *D. Afonso Henriques*, 2007, p. 65.

tinha vivido antes, possuíam grande influência junto da corte, sendo tidos, por isso, como intrusos e detestáveis por grande parte dos nobres portugalenses.

Isto, no campo político laical. Mas também, no campo eclesiástico, o contexto ou a situação não era muito diferente. Conhecem-se inúmeros factos, mas nunca será possível saber até que ponto foi determinante a influência dos homens da Igreja no desencadear de todo este movimento revolucionário que levou à imposição de um novo chefe e ao afastamento das pessoas da corte da rainha, "indignas e estrangeiras", para utilizar a expressão do clérigo autor dos *Annales Domni Alfonsi Portugallensium Regis*.

José Mattoso, aborda o papel das três grandes ordens religiosas medievais sob o título "Cluny, Crúzios e Cistercienses na formação de Portugal", no *Congresso Histórico de Guimarães* de 1979, numa comunicação que eu considero notável, não só pela clarificação, mas pelas perspectivas e visão de conjunto que nos oferece. Mas nela expressa uma verdade que nem sempre se tem vincado devidamente. Refere o historiador que é tradicional invocar-se a colaboração prestada aos condes portugalenses e ao primeiro rei, pelos bispos e ordens religiosas, sobretudo pelo Arcebispo de Braga, cujo esforço na restauração da metrópole bracarense e na isenção canónica de vários mosteiros, são expressões de colaboração directa na luta pela independência. Mas para além desta, há uma influência religiosa muito mais profunda e anterior, que vai atingir as raízes da nação e não apenas a manutenção do estado. Foi o apoio que a nobreza portugalense encontrou nos mosteiros por ela patrocinados e disseminados em toda a região nortenha. Eram um polo da família, onde celebravam as suas festas, enterravam os seus mortos, redigiam os seus documentos, guardavam os seus títulos. Um elo de ligação com reis, nobres, inferiores e bispos, terras e línguas e com outros mosteiros. Enfim, verdadeiros focos transmissores de ideias, de cultura, onde, por certo, encontravam um apoio intelectual e o incentivo para a tomada do poder⁽¹⁶⁾.

No entanto, e num contexto mais próximo é obrigatório focar, sem dúvida, as rivalidades entre Braga e Compostela, as humilhações e as tropelias que as desmedidas ambições eclesiásticas do dominador

(16) Cf. José Mattoso, *Portugal Medieval*, cit., pp. 101,103-121.

e irrequieto Arcebispo de Santiago de Compostela, Diogo Gelmirez, desencadeou sobre Braga, a mais antiga Arquidiocese do Condado.

Munido de poderes pontifícios, sobre as províncias eclesiásticas de Mérida e de Braga, que astuciosamente conseguiu obter do Papa Calisto II, tio paterno do futuro rei de Leão e Castela, Afonso VII, chegou a suspender Paio Mendes das funções de arcebispo de Braga. O que significa que a luta entre Braga e Compostela também ajudou a cavar, indubitavelmente, o fosso entre portugueses e galegos. Assim como muito deve ter contribuído para aumentar a revolta contra a política da rainha, a prisão em 1122, do mesmo Arcebispo de Braga, Paio Mendes, por ordem de D. Teresa, quando já Fernão Peres de Trava se encontrava na corte.

Relacionados com esta revolta há outros factos importantes que a precederam e que merecem o devido destaque. Não nos referimos ao cerco de Guimarães, um ano antes de São Mamede, em 1127, pelo rei de Leão e Castela, Afonso VII, para exigir pela força o reconhecimento da sua autoridade por parte dos nobres galegos e portugueses, incluindo a sua tia D. Teresa e o príncipe, o que, neste contexto, é deveras significativo. Foi este cerco, como sabemos, que inspirou o episódio da célebre narrativa acerca dos feitos de Egas Moniz, redigida cento e cinquenta anos depois, por um seu trineto, o trovador João Soares Coelho.

O que pretendemos salientar, e parece bem provado, na impossibilidade de falarmos aqui de outros casos, é a protecção e a importante colaboração que a família Moniz de Riba Douro prestou a D. Afonso Henriques, antes e depois da batalha de São Mamede. E de tal ordem, que alguns historiadores atribuem a função de "Aio" a um dos seus membros, que, segundo uma antiga tradição, tem sido atribuída a Egas Moniz de Riba Douro. No entanto, depois dos argumentos e das observações, bem fundamentadas, de José Mattoso, nada repugna que tal função possa também ser atribuída a seu irmão Ermígio Moniz de Riba Douro⁽¹⁷⁾.

Seja como for, uma coisa é segura: ambos ocuparam as mais altas e importantes funções políticas na Cúria, como mordomos-mores, de D. Afonso Henriques.

Ermígio Moniz foi o primeiro *maiordomus* ou *dapifer Curie*, desde Agosto de 1128 (pouco mais de um mês após a batalha de São Mamede) até Julho de 1135, ano em que morreu. Possuía, como se deduz de

⁽¹⁷⁾ Cf. José Mattoso, *D. Afonso Henriques*, Círculo dos Leitores..., 2007, pp. 35-38.

alguns documentos, uma autoridade familiar e política superior a Egas Moniz que, em geral, aparece ao seu lado e de outro irmão, Mendo de Riba Douro. Perante estes factos, José Mattoso levanta a questão se não teria sido Ermígio Moniz de Riba Douro o verdadeiro Aio. A razão de ter morrido precocemente e sem descendentes, e ainda o facto de seu irmão Egas Moniz lhe ter sucedido como mordomo-mor, desde Novembro de 1136 a Julho de 1145, talvez tivesse contribuído para esquecer a sua memória, tornando, assim, mais fácil, ao trovador da corte de D. Afonso III, João Soares Coelho, descrever em favor do seu trisavô Egas Moniz, as narrações que se foram tecendo em torno do verdadeiro Aio⁽¹⁸⁾.

Parece, portanto, lógico, que Ermígio Moniz tivesse sido o verdadeiro Aio, dada a sua importância na cúria, sobre o seu irmão. Mas julgo que não é motivo suficiente para excluir Egas Moniz como verdadeiro Aio. Porque um podia ter mais qualidades para funções político-administrativas e outro mais aptidão para a formação e educação do príncipe. Por outro lado, sabe-se que Egas Moniz acumulou uma impressionante quantidade de domínios e senhorios, numa vasta região do Douro, que lhe foram oferecidos pelo rei e que desempenhou, igualmente, importantes cargos na cúria régia de D. Afonso Henriques, o que prova, também, a sua efectiva importância social. Mas a maior prova que surge, para se aceitar Egas Moniz, como verdadeiro aio, vem, a nosso ver, não já da *Crónica de 1419*, onde se relata o pedido de Egas Moniz a D. Henrique para criar o príncipe⁽¹⁹⁾ ²⁰, mas sobretudo e primordialmente do *Livro de Linhagens do Conde de D. Pedro* que reza assim, clara e textualmente: "E este Lourenço Veegas suso dito (filho de Egas Moniz) foi o que amou muito el rei dom Afonso, o primeiro rei de Portugal, e non no chamava senom irmão, porque o criara seu padre dom Egas Moniz."⁽²⁰⁾.

O mesmo *Livro de Linhagens*, o que não deixa também de ser muito significativo, apelida-o de *Honrado e Bem Aventurado*⁽²¹⁾.

(18) Cf. José Mattoso, *ob. cit.*, p. 36 e Leontina Ventura, *A Nobreza da Corte de D. Afonso III*, vol. I, Coimbra, 1992, p. 48, 241-242 e vol. II, p. 987.

(19) Cf. ref. em José Mattoso, *ob. cit.*, p. 36 sobre *Crónica de 1419-Crónica de Portugal de 1419*, ed. de Adelino de Almeida Calado, Aveiro, Universidade, 1998.

(20) *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, ed. crít. de José Mattoso, Lisboa, 1980, 36A6, p. 405.

(21) *Ibidem*, p. 405.

É verdade que estas passagens foram escritas por volta de 1340. Ou seja, mais de duzentos anos depois do cerco de Guimarães. O que nos traz um certo desconforto. Mas estão em perfeita harmonia com as relações pessoais com o rei, que deveriam, de facto, ser muito estreitas e de uma grande intimidade e confiança, tanto assim que a sua mulher Teresa Afonso foi, depois de enviudar, ama das infantas Teresa e Urraca e talvez do futuro rei D. Sancho I⁽²²⁾.

Tendo, portanto, em conta, a documentação citada, mas sem qualquer menosprezo pelos argumentos profundamente válidos a favor de outra hipótese, somos, no entanto, inclinados a admitir, a antiga tradição, de que Egas Moniz foi o verdadeiro Aio do primeiro rei de Portugal.

Esta questão, prendeu-nos a nossa atenção, porque a julgamos muito importante, muito mais do que à primeira vista possa parecer. É que ajuda a compreender melhor Portugal, não como fruto de uma casualidade, mas como consequência de um plano premeditado e organizado. Porque se Egas Moniz ou outro membro da família de Riba Douro se dispôs a criar o príncipe (independentemente se pediu ou não ao Conde D. Henrique, embora tal pedido seja relatado na *Crónica de 1419*), então, fê-lo, certamente, com alguma intenção e interesse. Ele passou a ser o grande defensor não apenas dos direitos políticos e sucessórios e de todos os outros interesses do seu pupilo, mas certamente também por razões pessoais, tendo em conta não só os naturais dividendos que lhe poderiam advir de tal tutela, mas sobretudo por ver no príncipe herdeiro uma oportunidade única, que os podia levar a uma autonomia mais segura do território português.

Esta postura dos protectores dos direitos dos príncipes era corrente. Assim, algo de semelhante se passou, com o poderoso conde da Galiza, Pedro Froilaz de Trava, Aio do futuro Afonso VII, que entrou em conflito com a rainha D. Urraca e com outros intervenientes, na defesa dos direitos do príncipe ao trono de Leão e Castela. Ele foi um verdadeiro protector do príncipe, tendo até de enfrentar as grandes e desmedidas ambições de poder, mesmo em relação à Galiza, do Arcebispo de Compostela, Diego Gelmirez.

Não admira, por isso, a natural participação de toda a família Moniz de Riba Douro e da mais importante nobreza nortenha na revolta de

⁽²²⁾ Cf. José Mattoso, *Afonso Henriques, cit.* p. 36 e Leontina Ventura, *ob. cit.*, pp. 241-242.

S. Mamede, onde foi derrotada e destronada do poder do Condado Portucalense a rainha mãe D. Teresa e Femão Peres de Trava, cuja união poderia pôr em perigo não só os direitos sucessórios de Afonso Henriques, mas afectava, sobretudo, a autonomia e os interesses da nobreza nortenha do entre o Douro e Minho.

O que acabámos de expor foi sintetizado, como sabemos, numa maneira admirável, pelo cônego regrante, de Santa Cruz de Coimbra, autor dos *Anuales Domni Alfonsi Portugallensium Regis*, onde regista a revolta de São Mamede, nos seguintes termos realistas e bem expressivos, que nunca será demasiado repetir e transcrever:

"Tendo morrido seu pai, o conde D. Henrique, quando ele era ainda criança de dois ou três anos, certos (indivíduos) indignos e estrangeiros pretendiam (tomar conta) do reino de Portugal; sua mãe, a rainha D. Teresa, favorecia-os, porque queria, também, por soberba, reinar em vez do seu marido, e afastar o filho do governo do reino. Não querendo, de modo algum, suportar uma ofensa tão vergonhosa, pois era já então de maior idade e de bom carácter, tendo reunido os seus amigos e os mais nobres de Portugal, que preferiam, de longe, ser governados por ele, do que por sua mãe ou por (pessoas) indignas e estrangeiras. Acometeu-os numa batalha no campo de S. Mamede, que é perto do Castelo de Guimarães e, tendo-os vencido e esmagado, fugiram diante deles e prendeu-os. (Foi então que) se apoderou do principado e da monarquia do reino de Portugal".

Ao parar sobre este texto, ficamos surpreendidos com a filosofia política que lhe está subjacente. E ainda mais depois de conhecermos as restantes linhas ideológicas do autor em toda a obra, traduzidas em expressões bem significativas, como, "protegeu Portugal inteiro com a sua espada", "governou Portugal com mão forte", "que lutou contra os inimigos que queriam apoderar-se e invadir o seu reino", e que não desistiria de lutar mesmo que outros reis se juntassem contra ele, incluindo o da Galiza. A ideia de que Portugal era um reino, como os outros da Península e até da Cristandade, e de que os súbditos dos outros reis eram estrangeiros, parece, escreve José Mattoso, "suficientemente clara. Exprime-se, como era natural, a partir da noção de oposição entre uns e outros". Isto é, a "consciência da identidade formava-se a partir da de alteridade"⁽²³⁾.

⁽²³⁾ José Mattoso, *Identificação de um país*, II, Ed. Estampa, 1995, p. 205.

Alexandre Herculano escreveu que o texto toma o estilo de libelo político e que era provavelmente o eco da "opinião vulgar", onde os galegos são tratados de estrangeiros ou forasteiros indignos⁽²⁴⁾.

Talvez que a afirmação de que era a "opinião vulgar" seja exagerada. Pelo menos, não devia ser uma ideia generalizada no povo, mas apenas, embora bem consciente, em alguns meios clericais, intelectualmente evoluídos, e em muitos nobres, sobretudo naqueles que tomaram parte em S. Mamede. No entanto, o tratamento dos nobres galegos, por indignos e estrangeiros, apesar da sua mobilidade, afinidades, intercâmbios e colaboração no Condado Portucalense, não invalida que naquele período, muito concreto, e dadas as circunstâncias ocorridas e já acima esboçadas, sejam tidos como indesejáveis ou estranhos, mercedores de expulsão⁽²⁵⁾.

Também o hiato de sessenta anos que decorre entre o acontecimento e a narrativa, não me parece um ponto vulnerável, como já se observou⁽²⁶⁾. Note-se que este texto foi escrito por volta de 1180, isto é, sessenta anos depois do acontecimento relatado. Desconhecemos a idade do autor quando escreveu os *Anais*. É possível que ainda não tivesse nascido quando se deu a luta em São Mamede. Mas se o rei morreu em 1185, como está provado, de certo que o autor, cónego regrante, de Santa Cruz de Coimbra, ouviu directamente do próprio rei as razões e a descrição da batalha, dadas as relações estreitas de D. Afonso Henriques com aquele mosteiro conimbricense. Basta recordar que foi o mosteiro mais acarinhado por ele, como já se escreveu. Onde foi buscar os auxiliares mais fiéis da cultura, os vários escribas, os seus conselheiros espirituais, o seu dinâmico diplomata, D. João Peculiar e alguns dos seus bispos. Onde guardou o seu tesouro, mandou celebrar os sufrágios pela rainha e finalmente o escolheu para o seu próprio túmulo⁽²⁷⁾. E mesmo que o não tivesse ouvido pessoalmente, o que não cremos, outros certamente que participaram no combate, ou viveram os acontecimentos do tempo, lhe narraram, sem dúvida, os próprios factos.

⁽²⁴⁾Cf. Alexandre Herculano, *História de Portugal*, I, Liv. Bertrand, 1980, p. 384.

⁽²⁵⁾Cf. José Mattoso, *Portugal Medieval*, cit., p. 173.

^{<26>} Cf. *Idem*, ob. cit., pp. 173-196.

⁽²⁷⁾Cf. *Idem*, p.110.

Que São Mamede constituiu o dealbar da pátria, parece não haver qualquer dúvida. Talvez, por isso, tenham razão, os que afirmam, que sem esta batalha vitoriosa, nem Valdevez, nem Ourique teriam sido possíveis⁽²⁸⁾. Ou que tem um *significado nacional*, na medida em que pode classificar-se como "nacional" um movimento que está na própria origem da nação, um acto que explica as razões imediatas da independência do Condado Portucalense, como entidade política que precedeu o reino de Portugal⁽²⁹⁾.

Há, portanto, razões para se afirmar que em S. Mamede explodiu a força de um movimento autonomista que há muito se gerava numa parte considerável do território⁽³⁰⁾. A sua história começa, essencialmente, com o acontecimento desta batalha. Os factos que a precederam não constituem senão a pré-história da nacionalidade⁽³¹⁾. E de tal modo assim é, que logo a seguir se começa a gravar, no fim dos documentos solenes, com grande destaque, em género de chancela, apenas a palavra *Portugal* como *senal de validação dos documentos* de D. Afonso Henriques, rodeada pelas assinaturas dos confirmantes. Até 1144 ou 1150 é apenas o nome de *Portugal* e não o do príncipe que aparece.

Um desses primeiros documentos é uma carta de doação da Igreja de São Bartolomeu de Campeio, em terras de Baião, pelo infante D. Afonso Henriques a Egas Ramires, em 28 de Julho 1129. Um facto, a que, nem sempre, se tem dado o devido relevo, mas que não deixa de ser bem significativo, pois antecede mais de uma dezena de anos o título régio⁽³²⁾.

Depois desta breve exposição, podemos, portanto, concluir, que o dealbar histórico de Portugal, não é proveniente dum acaso fortuito e muito menos de qualquer mito, mas sim duma acção colectiva, consciente e voluntariosa de um grupo social que tomou uma resolução, não apenas da independência, mas de apoiar um chefe que a protegesse. É, até, um dos momentos, certamente entre muitos outros, em que podemos,

⁽²⁸⁾ *Idem*, p. 15.

⁽²⁹⁾ Cf. José Mattoso, *Afonso Henriques, cit.*, p. 65.

⁽³⁰⁾ Cf. José Mattoso, *Identificação de um país*, pp. lie 17-21, 30-35.

⁽³¹⁾ *Idem*, pp. 29-30.

⁽³²⁾ Cf. José Mattoso, *Identificação de um país, cit.*, p. 198 e Martim de Albuquerque, *A Torre do Tombo e os seus Tesouros*, Edições Inapa, 1990, pp. 42-43.

facilmente, separar o mito da verdade histórica, sem receio de ficar reduzida a nada ou a muito pouco.

Escreveu-se já que "sem o mito, o passado parece como um poço vazio"⁽³³⁾ ³⁴, o que não nos parece aplicar-se neste caso. E muito menos a inspirada e sábia definição de Fernando Pessoa, quando escreveu que "o mito é o nada que é tudo". Surgiram mitos à volta do fundador da nação, mas talvez se possa distinguir a verdadeira realidade do passado histórico do começo de Portugal, "de qualquer representação imaginativa, ainda que apreendida sob grandiosos valores."⁽³⁴⁾

Numa palavra: em São Mamede pode haver lugar para a lenda ou para o mito, mas como verdade histórica está uma inegável revolta, onde, como já se escreveu, ficou "demonstrada a viabilidade da Nação"⁽³⁵⁾.

⁽³³⁾José Mattoso, *Afonso Henriques*, 2007, p. 19.

⁽³⁴⁾Cf. A. Birou, *Dicionário das Ciências Sociais*, Lisboa, 1976, p. 257; *Dicionário de Sociologia*, Porto Editora, 2002, p. 242; Manuel Antunes, "Mito", *Verbo Enc. Luso-Brasileira de Cultura*.

⁽³⁵⁾José Mattoso, *Portugal Medieval*, *cit.*, p. 29.